

GÊNERO E SEXUALIDADE NO PNE (2001-2010): UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL COM A PRÁTICA DOCENTE?¹

Andressa Barbosa Comiotto²
Bianca Salazar Guizzo³

RESUMO

Este trabalho é um recorte advindo de um projeto maior de pesquisa, cujo título é “Políticas Educacionais: um olhar sobre as questões de gênero e sexualidade”. Partindo das contribuições teóricas dos campos ligados aos Estudos Culturais e Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista, nesse trabalho em específico pretende-se apresentar a inserção das temáticas de gênero e sexualidade em um importante documento oficial brasileiro para a área da Educação, qual seja, o Plano Nacional de Educação (2001-2010). Além disso, pretende-se discutir como esse documento tem sido utilizado, ou não, por docentes da Educação Básica. Para isso, foram realizadas entrevistas orais e semi-estruturadas. Os resultados iniciais apontaram que há uma distância entre o que é proposto pelos documentos oficiais brasileiros, como é o caso do PNE, e a prática dos docentes e sala de aula.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, educação, PNE.

ABSTRACT

This paper comes from the research ‘Educational Policies: a gaze on gender and sexuality’. From the theoretical perspective of Cultural Studies and Gender Studies, this paper aims to present how subjects as gender and sexuality are included at Plano Nacional de Educação (2001-2011). In addition, check and discuss whether teachers are, or are not, working on these subjects in the classroom. For this, oral interviews and semi-structured had been made. First results have shown that still there is a distance between official documents, as a National Educational Plan (PNE), and teaching practice.

Keywords: Gender, sexuality, education, National Educational Plan (PNE).

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui como um recorte advindo de um projeto maior de pesquisa, cujo título é: “Políticas Educacionais: um olhar sobre as questões de gênero e sexualidade”. Este projeto surge da necessidade de discussão sobre a dualidade constituída por identidades (neste caso, as identidades abordadas se centram nas questões de gênero e sexualidade) e Educação. Levando em consideração a perspectiva teórica aqui adotada, percebemos o campo da Educação de forma abrangente e múltipla, com

¹ Este trabalho é uma revisão ampliada de outro trabalho já apresentado no evento “Colóquio ULBRA de Extensão, Pesquisa e Ensino”, cujo título era “Gênero e Sexualidade nos Planos Nacionais de Educação”

² Acadêmica do curso de Licenciatura em História/ULBRA - Bolsista PROBIC/FAPERGS

³ Professora - Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação/ULBRA (bguizzo_1@hotmail.com)

várias possibilidades e potencialidades de debate e pesquisa. A Educação não é um campo de neutralidade, pois aqui são disputados saberes, discursos e práticas. Embora tenha havido graduais mudanças, percebemos que o âmbito escolar ainda está atrelado a uma padronização e a uma reprodução de modelos que são tidos como a “norma”, sejam modelos políticos, culturais, sociais ou econômicos.

O processo escolar se faz de múltiplas possibilidades a partir das quais é possível educar e normatizar os sujeitos para viverem de acordo com as regras dominantes criadas, construídas e estabelecidas socialmente, como também se faz viável um desenvolvimento de análises críticas, através da percepção de marcadores sociais de igualdades e diferenças, presentes em diversas instâncias do âmbito educacional. Seguindo no debate sobre a discussão das questões relacionadas às identidades (de gênero e sexualidade, neste caso) e a instância educacional, Dayana Bruneto Carlin dos Santos (2009, p. 60) expõe que

discutir gênero e sexualidade na escola não é uma escolha neutra, e sim fundamentada numa postura pedagógica que compreende uma determinada visão de mundo, de sociedade, de sujeito histórico, de prática social, de cultura, de linguagem, de corpo, de aluno/a, de professor/a, de educação e mesmo de escola.

Outra autora que discute a relação entre o espaço educacional e sua articulação com as questões de gênero e sexualidade é Guacira Lopes Louro (1999). Segundo ela, a escola junto com outras instâncias sociais, é uma dentre as múltiplas instituições que exercitam uma pedagogia de sexualidade e de gênero (LOURO, 1999, p. 25).

Fazendo uma aproximação teórica sobre os conceitos centrais deste trabalho, quais sejam, gênero e sexualidade, pretendemos fazer uma breve explanação sobre nosso entendimento destas questões levando em consideração a linha teórica que norteia nossas pesquisas e indagações, cujo campo teórico maior se centra nos Estudos Culturais e nos Estudos de Gênero de viés pós-estruturalista. Os Estudos Culturais se constituem como um relevante campo de investigação e teorização que utiliza o conceito de cultura atrelado à ideia de que ela é produto da articulação das experiências vividas pelos diferentes grupos sociais. Além disso, compreende a cultura como arena de luta em torno da significação dos sujeitos, onde a disputa de práticas e discursos se faz presente de maneira perceptível. Os estudos de Gênero também se constituem como um importante campo de investigação, teorização e pesquisa que procura compreender e analisar as relações de gênero nas diversas esferas da sociedade.

Para compreendermos o conceito de gênero, devemos levar em consideração sua característica volátil e híbrida, em constante reformulação e construção. Primeiramente, o conceito de gênero foi formulado para distinguir as dimensões anatômicas e sociais, baseado no fato de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a forma de ser homem ou mulher é, na verdade, percebida e formada pela cultura. As discussões mais intensas sobre gênero se inicia na década de 1970 com o advento da terceira onda do movimento feminista, porém, a teorização deste conceito em sua forma linguística e política se dá na

década de 1980, com a divulgação do texto que serve de base para o entendimento sobre essa questão, qual seja, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica⁴” da historiadora inglesa Joan Scott. Assim sendo, gênero é um produto da realidade e do contexto histórico, social e cultural em que os sujeitos estão inseridos, e não é definido somente pela anatomia dos corpos. Para o maior entendimento desta questão, trazemos para o debate a autora já mencionada, Joan Scott. Segundo ela:

[...] o termo “gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum [...] Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75)

Como podemos perceber, a autora dá destaque para o processo de construção cultural e social sobre o corpo dos sujeitos, negando as explicações centradas e pautadas na “naturalização” e na “essencialidade” dos papéis desempenhados por homens e mulheres.

Arelado ao conceito de gênero, temos a expressão “identidade de gênero”. Mas o que seria essa tal identidade? De maneira resumida, a identidade de gênero se refere à experiência interna e individual do gênero de cada sujeito – que pode, ou não, corresponder ao gênero atribuído no nascimento. Além disso, inclui o senso pessoal do corpo (que pode envolver ou não, por livre escolha, a modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgica ou outros), bem como outras expressões de gênero atreladas a vestimentas, modo de falar, entre outras. (DIREITOS LGBT-PSOL, 2015).

Assim como o conceito de gênero, a sexualidade também deve ser vista e pensada para além das fronteiras delimitadas por questões naturais, padronizadas, homogeneizadas e universais. De acordo com nossas proposições teóricas, entendemos que a sexualidade é uma categoria que engloba as várias possibilidades afetivas e eróticas entre homens e mulheres: pelo mesmo sexo (homossexualidade); pelo sexo oposto (heterossexualidade) ou por ambos os sexos (bissexualidade) (FURLANI, 2009, p. 135). Neste caso podemos perceber que a sexualidade, bem como o gênero, é uma das múltiplas identidades adotadas pelos sujeitos.

Seguindo na discussão sobre as significações do conceito de sexualidade, percebemos que há um discurso normatizador que permeia fortemente todas as instâncias de nossa sociedade. A norma que delimita a sexualidade se centra na sua classificação como

⁴ O texto foi traduzido para o português apenas no ano de 1995, pela Professora Dra. Guacira Lopes Louro, e encontra-se disponível online. O título original em inglês é “Gender: a useful category of historical analyses”, publicado em 1988.

heterossexual, monogâmica, reprodutiva e matrimonial, e qualquer outra forma de vivência e experiência que fuja destes padrões é tida como “anormal”, como “desviada”. A respeito desta discussão, Maria Rita de Assis César (2009) traz importantes contribuições:

Em um processo de estabelecimento de fronteiras, a sexualidade foi o instrumento dessa separação que, por sua vez, criou as delimitações entre uma prática sexual bem educada e as outras, que deveriam ocupar um lugar indefinido, ou demarcado pela exclusão e pelo silenciamento (CÉSAR, 2009, p. 54)

A autora dá destaque para a relação existente entre a prática sexual inserida dentro da norma e a prática sexual que se desvia de qualquer padrão imposto como “natural”, “correto” ou “bem educado”. Por sua vez, esta relação é baseada na clara delimitação de não somente uma, mas de várias fronteiras que inscrevem os sujeitos dentro do padrão normatizante, e, os sujeitos que não se enquadram, que subvertem, que “pulam” estes limites pré-estabelecidos são renegados, silenciados ou mesmo excluídos da participação discursiva.

Após estes breves apontamentos teóricos sobre as variadas significações dos conceitos de gênero e sexualidade, temáticas norteadoras das discussões aqui propostas, passaremos a discorrer sobre os aspectos metodológicos utilizados na produção de dados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas distintas estratégias metodológicas. Primeiramente foram feitas leituras no âmbito teórico do projeto de pesquisa, com o propósito de desenvolvermos nossos aportes conceituais de forma embasada. Leituras de livros, artigos e documentos legais, bem como o fichamento dos mesmos serviram para a construção de nossa concepção acerca dos conceitos e temáticas aqui abordadas. Após este processo de formação teórica sobre as temáticas centrais desse trabalho, fizemos uma leitura atenta do Plano Nacional de Educação referente aos anos de 2001-2010. Além disso, fizemos um mapeamento para verificar se as questões de gênero e sexualidade estavam inseridas no referido documento, bem como realizamos discussões para problematizar a forma com que estas temáticas estavam sendo abordadas/trabalhadas.

Seguindo na construção metodológica, estruturamos um roteiro de entrevistas que continha cinco perguntas a serem feitas para professores/as da Educação Básica, as quais articulavam as questões de gênero e sexualidade com a experiência docente dentro do âmbito escolar. Nosso principal objetivo com estas entrevistas estava centrado na questão referente à percepção e assimilação dos/as docentes no que diz respeito à abordagem (ou não) das temáticas de gênero e sexualidade dentro da instituição escolar, e em particular, dentro de suas próprias salas de aula.

Sobre a utilização da entrevista como ferramenta metodológica para as pesquisas na área da Educação, faremos alguns apontamentos sobre sua significação. Talvez pelo fato de a entrevista se constituir como um instrumento utilizado de forma ampla nas pesquisas voltadas para a área educacional, frequentemente “ela é tomada como uma simples técnica a ser dominada, sem que se proceda a um exame radical dessa concepção e de suas importantes implicações” (SILVEIRA, 2002, p. 119).

A entrevista, enquanto instrumento metodológico e gênero discursivo⁵ utilizada no campo das Ciências Humanas possui duas perspectivas de significação e de abordagem: a perspectiva fatista e a perspectiva interacionista. A perspectiva que adotamos para a realização de nossas entrevistas se centra na abordagem interacionista, que toma por objeto de análise toda a situação e o contexto criado no decorrer da entrevista, não se centrando apenas na dualidade pergunta/resposta.

Esta perspectiva também dá ênfase para a interação entre o/a entrevistador/a e o/a entrevistado/a, fugindo de perguntas e repostas “engessadas”, quebrando assim o protocolo rígido que muitas vezes se têm quando falamos em entrevista. Claro, seguimos um roteiro de perguntas semiestruturadas, porém, procuramos instigar outras abordagens para além do que era proposto nas questões prévias. A seguir, reproduziremos as questões que foram formuladas para o questionário orientador das entrevistas:

Nome do/a professor/a:
Há quanto tempo atua na Educação Básica:
Escola (ou escolas) em que atua:
1 – Como você vê a inserção das temáticas de gênero e sexualidade em documentos oficiais brasileiros voltados para a área da Educação?
2 – Você procura abordar as questões de gênero e sexualidade em suas aulas? Se sim, de que forma você faz essa abordagem?
3 – Você teve algum preparo específico voltado para a abordagem das ditas “temáticas transversais” (entre elas gênero e sexualidade) em sala de aula? Se sim, como foi este preparo?
4 – Você acha que o âmbito escolar é um espaço adequado para a discussão voltada para as questões de gênero e sexualidade?
5 – Na sua escola, você vê algum avanço na discussão sobre as temáticas de gênero e sexualidade? Se não, quais seriam os motivos para a não abordagem destas temáticas?

Procuramos elaborar questões que possibilitassem a abertura de novas interrogações e o estabelecimento de um diálogo aberto em que entrevistador/a e entrevistados/as pudessem interagir de maneira a produzir dados relevantes para a compreensão do modo como as questões de gênero e sexualidade vêm sendo inseridas nas escolas.

Para esse artigo foram realizadas duas entrevistas que foram gravadas e posteriormente transcritas para que pudéssemos lê-las e relê-las para tornar possível sua problematização.

⁵ “Como gênero discursivo, a entrevista apresenta suas características; pode-se subvertê-las, questioná-las, resignificá-las [...]” (SILVEIRA, 2002, p. 125). Para mais informações, ver ARFUCH, 1995, p.25

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2001 um importante documento para o campo da Educação Básica tornou-se pauta de relevantes discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) que estabelecia objetivos e metas a serem alcançados nas diferentes etapas da Educação Básica. Neste PNE foram trazidas importantes informações sobre a promoção de uma sociedade menos desigual no que diz respeito a gênero e sexualidade. Dentre os objetivos e metas para o Ensino Fundamental que deveriam ser alcançados estava “manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério da Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das *questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro ou do índio*” (Brasil 2001, p.20, destaques nossos). Nos objetivos e metas para o Ensino Superior incluía-se a necessidade de se debater nos cursos de formação de professores temas como gênero e educação sexual, articulados a noções de justiça e de respeito mútuo. Entretanto, esse PNE cujo fim deu-se em 2011, não foi colocado em prática de forma efetiva, ou seja, muitos de seus objetivos e metas não foram atingidos de maneira ampla.

Os trechos abaixo, extraídos das transcrições das entrevistas, mostram a dificuldade que docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental ainda têm em trabalhar com as temáticas de gênero e educação sexual:

[...] os documentos inserem estas temáticas e depois é repassado pra gente... Querem que a gente aborde estas questões, mas né, não nos dão nenhum preparo específico, daí a gente tenta fazer um esforço, mas ficamos meio que “caindo de pára-quedas” nestas questões... [...]

[...] preparo específico por parte de órgãos do estado, da escola, não tem ... A questão é que eu estudo por conta própria estas temáticas... Claro, na graduação a gente vê umas pinceladas destas questões, mas um estudo e um debate mais aprofundado nós não temos, né... [...]

Acho que a falta deste preparo é um dos fatores que interferem na não abordagem destas questões em sala de aula... Sabe, os professores não se sentem preparados para trabalhar com essas questões, há, um tanto complexas, né... [...]

Pelas falas dos professores, percebe-se que eles têm conhecimento sobre o PNE, porém – ao mesmo tempo – observa-se que as formações que tiveram no Ensino Superior pouco abordaram sobre as questões de gênero e sexualidade. Por essa razão, um deles mencionou que para trabalhar com essas questões tem buscado conhecimentos por conta própria, pois considera que isso é necessário para realizar um debate mais aprofundado sobre o tema.

Como mencionamos, o PNE trouxe em um dos seus objetivos a necessidade de aprofundar o debate sobre gênero e educação sexual no Ensino Superior, mesmo que tal

objetivo não tenha sido atingido plenamente, através das falas dos professores percebemos que tem havido tentativas, mesmo que tímidas, de incluir tais questões tanto que um dos professores afirmou que há “pinceladas dessas questões” nos cursos de formação. De qualquer modo, os professores afirmam que não se sentem aptos a trabalhar com elas em sala de aula, porque consideram temáticas complexas.

Outra problematização potente para articular a isso que estamos argumentando é que, mesmo que haja formação específica para trabalhar com gênero e sexualidade, consideramos que para lidar com essas temáticas é preciso desconstruir a ideia de que essas questões são *tabus*. E isso demanda tempo e muita discussão, já que gênero e sexualidade tocam não só aspectos profissionais dos sujeitos, mas também aspectos pessoais que se ligam à intimidade desses sujeitos. Com relação à sexualidade convém afirmar que vivemos em uma sociedade predominantemente heteronormativa, ou seja, vivemos em uma sociedade que reitera que a forma “ideal” e “adequada” de viver a sexualidade é a heterossexual. Dito de outro modo, através do entendimento de heteronormatividade procura-se regular os modos de desejar, de experimentar, de viver as identidades de gênero e sexuais. Carvalho e Guizzo (2016, s/p, 2016, no prelo) salientam que:

Pelo fato de vivermos em uma sociedade heteronormativa, sujeitos cujas orientações sexuais são diferentes da heterossexual são marginalizados, ignorados ou perseguidos por práticas sociais, crenças ou políticas, porque – de certo modo – desestabilizam, desacomodam, chocam.

Entretanto, para que, ao menos, se minimizem atos preconceituosos e discriminatórios, as instituições escolares precisariam envolver-se com uma educação não-sexista, não-machista e não-misógina. Para que, a partir dessa educação, lidem com sujeitos cuja orientação não é heterossexual não como abjetos, mas como sujeitos cujas vidas valem a pena ser vividas. Caso contrário, perpetuaremos um tipo de sociedade que põe em “execução toda uma sequência de ações: punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa” (LOURO, 2009, p. 88) para os sujeitos não-heterossexuais.

Convém destacar também que para que essa educação seja possível, as questões de gênero e sexualidade precisam ser trabalhadas não meramente a partir do viés biológico, natural e da saúde. Porém, ainda é essa a abordagem que predomina nas escolas, tal como se pode perceber na fala a seguir:

Olha, a forma com que eu faço essa abordagem [de gênero e sexualidade] é relacionada ao conteúdo mesmo, não faço debates filosóficos ou políticos sobre estas questões, até mesmo porque não tenho muito conhecimento sobre esses debates “mais aprofundados” (acréscimos nossos).

Durante a entrevista percebeu-se que quando a entrevistada mencionou “conteúdo mesmo” referia-se a conteúdos como: aparelho reprodutor, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos, por exemplo. Importante destacar que tal ênfase deve ter sido dada pelo fato de a professora ser professora de Biologia. Mesmo que em aulas de biologia é possível trabalhar gênero e sexualidade para além do ponto de vista biomédico. Contudo, consideramos que ainda há necessidade de investir mais tanto na formação inicial, como na formação continuada de docentes.

O outro entrevistado trouxe um exemplo que nos possibilita pensar em possibilidades de abordar as temáticas de gênero e sexualidade a partir de outros vieses que não se limitam aos que se vinculam à saúde:

Eu já fiz abordagens de gênero e sexualidade nas minhas aulas. [...] sou professor de História e Sociologia, e estas áreas, ao meu ver, se constituem como importantes meios de debate para estas questões.... Eu sempre procuro abordar estas temáticas através de um viés político, filosófico e sociológico. Claro, e sempre ressalto a importância da construção histórica sobre estes conceitos. Sabe, faz um tempinho, mas eu tive uma aluna do segundo ano de Ensino Médio que era lésbica. Sempre conversava com esta aluna sobre diversos assuntos, ela era muito aplicada, sabe, dizia que gostava muito das minhas aulas e que me considerava um professor “descolado”. Em uma certa aula, não vou me lembrar qual era o assunto que a gente estava discutindo, ela chegou, na hora do intervalo, e disse pra mim: “Professor, o senhor se importaria se eu trouxesse minha namorada para assistir uma aula do senhor?”. Eu fiquei muito contente com isso, sabe. Eu respondi que sim, que ela seria muito bem vinda na minha aula. Neste momento eu senti que eu estava fazendo minha parte, que eu estava tentando abrir um espaço para estes sujeitos que quase nunca participam do discurso, que são vistos com olhos preconceituosos [...].

O exemplo apresentado pelo professor nos mostra que as temáticas de gênero e sexualidade estão presentes cotidianamente nas escolas, não é preciso constar a obrigatoriedade de se trabalhar com essas temáticas em documentos oficiais, pois são temáticas que se pululam diariamente na vida dos/as crianças e jovens que, dentre outros espaços, também ocupam as escolas. Sendo assim, os nossos posicionamentos, as nossas atitudes, as nossas opiniões enquanto docentes também ensinam sobre as questões de gênero e sexualidade. Ou seja: os ensinamentos e as aprendizagens sobre elas vão muito além daquilo que se convencionou chamar de “conteúdos formais”.

Entretanto, embora consideremos que para que as questões de gênero e sexualidade sejam abordadas na escola não é necessário que elas constem legalmente em documentos oficiais, do ponto de vista político a inserção dessas temáticas nesses documentos torna-se importante. Porém, não é isso que tem sido feito. A título de exemplo trazemos os próprios Planos Nacionais de Educação: em função da pouca praticidade do PNE de 2001, o Plano Nacional de Educação atual (PNE/Lei 13.005/2014) foi construído de forma mais enxuta com o objetivo de ser realmente efetivo. Contudo, em função disso, no atual PNE as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar ao longo do trabalho, é possível perceber que nas últimas décadas tem havido avanços na legislação no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, mas também há lacunas e dificuldades. Ter essas temáticas incluídas em documentos oficiais legais é bom, mas ainda não é suficiente para que sejam efetivamente trabalhadas e discutidas nas instituições de ensino. É nesse sentido que documentos como o Plano Nacional de Educação devem se tornar meios efetivos de inserção das temáticas de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Vale ressaltar ainda que seria preciso haver uma mobilização por parte dos órgãos governamentais, para que se formem políticas públicas que efetivem estes debates dentro do ambiente escolar. No contexto atual da Educação Básica há uma diversidade muito ampla de sujeitos que circulam dentro da sala de aula, sendo necessários trazer à tona esta temática, evitando assim a prática de preconceitos referentes à orientação sexual e às questões de gênero.

Por fim, reiteramos que se não houver projetos e programas que cumpram esse papel educativo e formador acerca das questões de gênero e sexualidade, provavelmente o preconceito e a indiferença diante destas temáticas poderão prevalecer não somente dentro das instituições de ensino, como em outros âmbitos sociais e educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas curriculares de Educação Infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 44, jan./abr. 2016, s/p [no prelo].

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: **Sexualidade**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2009. p. 49-58.

FURLANI, Jimena. Representações da mulher e do feminino na mídia impressa brasileira: desconstruindo significados na educação sexual. In: **Sexualidade**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2009. p. 131-158.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em Educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. A educação sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: **Sexualidade**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2009. p. 59-71.